



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 23/10/2023. Publicação: 24/10/2023. Nº 198/2023.

ISSN 2764-8060

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os termos do Processo Administrativo nº 2842/2023:

CONSIDERANDO que a Empresa NÓRCIA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 11.393.595/0002-90,, com sede na Rua da Vitória, nº 10, Bairro Itapiracó, São José de Ribamar-MA, CEP: 65.110-000, e-mail: norciavig@outlook.com, tendo como representante legal TELMA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 279.475.803-91, sagrou-se , sagrou-se vencedora do Pregão nº 060/2021-SRP, firmando com esta Procuradoria Geral de Justiça o Contrato nº 04/2022, para a prestação de serviços continuados de vigilância armada, que compreende além de mão de obra, o emprego de todos os equipamentos, EPIs e ferramentas, necessários à execução dos serviços, nos prédios onde funcionam as Promotorias de Justiça das Comarcas de Imperatriz, Coroatá, Pinheiro, Presidente Dutra, Araiões e Barra do Corda , conforme consta do Processo Administrativo nº 10255/2021;

CONSIDERANDO que a empresa contratada descumpriu suas obrigações contratuais, referentes ao atraso de pagamento dos salários, dos benefícios suplementares e do décimo terceiro salário;

CONSIDERANDO que assim procedendo, a empresa descumpriu as obrigações previstas na Cláusula Décima Quarta - Das Obrigações da Contratada, a exemplo dos itens 18, 42, 49 e 56 do Contrato nº 04/2022;

CONSIDERANDO que foi concedido à contratada a oportunidade de exercer seu direito ao contraditório e ampla defesa, sendo-lhe ofertado prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa acerca do descumprimento de suas obrigações contratuais (NOT-DG-112023);

CONSIDERANDO o parecer da Assessoria Jurídica da Administração, PARECER-DGAJA – 4302023, nos autos do Processo Administrativo nº 2842/2023;

R E S O L V E :

Aplicar à Empresa NÓRCIA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 11.393.595/0002-90, com sede na Rua da Vitória, nº 10, Bairro Itapiracó, São José de Ribamar-MA, CEP: 65.110-000, a seguinte penalidade:

a) Multa de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais), apurado pela Coordenadoria de Serviços Gerais no MEMO-CSG – 1072023, conforme item 8, Tabela 2 – grau 2 e Tabela 3, subitem 19 da Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 04/2022.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público – DEMP/MA.

assinado eletronicamente em 17/10/2023 às 14:24 h (*)

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 37/2023

Processo Administrativo nº 5557/2023

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de motoristas para atender a área de transporte junto à Coordenadoria de Serviços Gerais desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Abertura: 08/11/2023, às 9h (nove horas) - horário de Brasília - DF; Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br. Informações: Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. CEP: 65076-820; E-mail: licitacoes@mpma.mp.br; Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766.
São Luís-MA, 23 de outubro de 2023.

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Agente de Contratação - CPL
PGJ-MA

AVISOS DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 45/2023

Processo Administrativo nº 9558/2023

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Elétrica a partir da fonte primária solar – ON GRID com no mínimo as seguintes potências: 4 kilowatt-pico, 6,5 kilowatt-pico, 12,5 kilowatt-pico e 24,5 kilowatt-pico, compreendendo a elaboração do projeto executivo, aprovação deste pela Concessionária de energia elétrica, fornecimento de serviços de instalação de todos os materiais e equipamentos, efetivação do acesso na rede da Concessionária,

4



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 23/10/2023. Publicação: 24/10/2023. Nº 198/2023.

ISSN 2764-8060

software de monitoramento de desempenho, bem como suporte técnico durante a garantia de acordo com todas as especificações no Edital e seus anexos. Adiado para 08/11/2023, às 10h (dez horas) - horário de Brasília - DF; Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br. Informações: Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. CEP: 65076-820; E-mail: licitacoes@mpma.mp.br; Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766. São Luís-MA, 23 de outubro de 2023.

SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO
Pregoeiro Oficial - CPL
PGJ-MA

Pregão Eletrônico nº 56/2023 Processo Administrativo nº 23695/2022

Objeto: Registro de preços para o eventual fornecimento de Nobreaks de pequeno porte, novos de fábrica, isentos do processo de remanufatura, com garantia de fábrica e assistência técnica “on site”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Adiado para 06/11/2023, às 9h (nove horas) - horário de Brasília - DF; Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br. Informações: Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. CEP: 65076-820; E-mail: licitacoes@mpma.mp.br; Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766. São Luís-MA, 23 de outubro de 2023.

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Agente de Contratação - CPL
PGJ-MA

Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior

AÇAILÂNDIA

PORTARIA-2ªPJEACD - 452023 Código de validação: 92E5285A8D Ref. SIMP nº 001805-509/2023 INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por intermédio do Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Açailândia, com atribuição na defesa do Patrimônio Público, das Ordens Tributária e Econômica e da Saúde, com fundamento nos Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 8º, §1º da Lei Federal n.º 7.347/1985 e art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/1993;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, CF);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, bem como efetivar os direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, inciso II, CF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativas, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na forma do art. 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/1993, e art. 26, inciso V, alíneas “a” e “b”, da Lei Complementar Estadual n.º 13/1991; CONSIDERANDO a relevância e a magnitude das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público, por força ainda das disposições da Lei n.º 7.347/1985;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (art. 37, caput, da CF);

CONSIDERANDO que, de acordo com art. 4º, §§3º e 7º, do Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014-GPGJ/CGMP, a Notícia de Fato deve ser convertida em outro procedimento investigatório quando encerrado o prazo inicial de 30 (trinta) dias, passível de prorrogação fundamentada por até 90 (noventa) dias, sem que tenham sido concluídas as investigações;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 3º, inciso II, do Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014-GPGJ/CGMP, o Inquérito Civil se destina a apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais;

CONSIDERANDO, por fim, que a Notícia de Fato SIMP n.º 001805-509/2023, iniciada em 18/05/2023, já teve seu prazo expirado, bem como que é evidente a necessidade de adoção de outras providências complementares para resolução regular do caso, nos termos do último despacho proferido, visando, caso necessário, posterior adoção de medidas judiciais/extrajudiciais ou arquivamento;

5

São Luís, terça-feira, 24 de outubro de 2023



**ESTADO DO MARANHÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº 45/2023

Processo Administrativo nº 9558/2023

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Elétrica a partir da fonte primária solar – ON GRID com no mínimo as seguintes potências: 4 kilowatt-pico, 6,5 kilowatt-pico, 12,5 kilowatt-pico e 24,5 kilowatt-pico, compreendendo a elaboração do projeto executivo, aprovação deste pela Concessionária de energia elétrica, fornecimento de serviços de instalação de todos os materiais e equipamentos, efetivação do acesso na rede da Concessionária, software de monitoramento de desempenho, bem como suporte técnico durante a garantia de acordo com todas as especificações no Edital e seus anexos. **Adiado para 08/11/2023, às 10h (dez horas)** - horário de Brasília - DF; **Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br**. Informações: Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. CEP: 65076-820; E-mail: licitacoes@mpma.mp.br; Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766.

São Luís-MA, 23 de outubro de 2023.

SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO

Pregoeiro Oficial - CPL - PGJ-MA

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação- Divulgação

23/10/2023 11:04:43

Eventos



Este Evento de Alteração será Publicado no D.O.U., Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 24/10/2023.

Resumo do Evento de Alteração

Órgão: 94120 - ESTADO DO MARANHÃO UASG Responsável: 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Modalidade de Licitação: Pregão Nº da Licitação: 00045/2023 Característica: Registro de Preço (SRF) Forma de Realização: Eletrônico Modo de Disputa: Fechado/Aberto

Nº da IRP: 00030/2023

Lei: Lei nº 14.133/2021 Critério de Julgamento: Menor Preço/Maior Desconto

Tipo de Objeto: Serviços Comuns de Engenharia Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

Id contratação PNCP: 06354468000160-1-000200/2023

Compra Nacional: Não Gerenciada/Autorizada ME/SGD: Não

Objeto

Registro de preços para futura e eventual aquisição e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Elétrica a partir da fonte primária solar - ON GRID com no mínimo as seguintes potências: 4 kilowat-pico, 6,5 kilowat-pico, 12,5 kilowat-pico e 24,5 kilowat-pico, compreendendo a elaboração do projeto executivo, aprovação deste pela Concessionária de energia elétrica, fornecimento de serviços de instalação de todos os materiais e equipamentos etc,

Motivo do Evento de Alteração

Alteração no Termo de Referência

Data da Publicação/Divulgação do Evento de Alteração: 24/10/2023 Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 24/10/2023 às 08:00 Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 08/11/2023 às 10:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora: 925129 Unidade Gestora: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Gestão: 00001 Empenho: 2023 NE 000001

[Disponibilizar para Publicação/Divulgação](#) [Visualizar Prévia da Matéria](#)

[Evento de Alteração](#)

Edital nº 00045/2023

Acessar Contratação

Última atualização 24/10/2023

Local: São Luís/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO **Unidade compradora:** 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Fechado-Aberto **Registro de preço:** Sim

Data de divulgação no PNCP: 10/10/2023 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 24/10/2023 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 08/11/2023 10:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06354468000160-1-000200/2023 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Registro de preços para futura e eventual aquisição e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Elétrica a partir da fonte primária solar – ON GRID com no mínimo as seguintes potências: 4 kilowat-pico, 6,5 kilowat-pico, 12,5 kilowat-pico e 24,5 kilowat-pico, compreendendo a elaboração do projeto executivo, aprovação deste pela Concessionária de energia elétrica, fornecimento de serviços de instalação de todos os materiais e equipamentos etc.

Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino-quadro-informativo&compra=92512905000452023>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 7.902.828,26

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Sistema energia solar - geracao energia eletrica	1	R\$ 7.902.828,26	R\$ 7.902.828,26	

Exibir: 1-1 de 1 itens

Página



[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

